

Participação popular nas políticas sociais na América Latina: estudo comparativo entre Brasil e Venezuela

Mirella Rocha*

Resumo

O presente artigo resulta de um esforço crítico-dialético para analisar os documentos atinentes ao macro-planejamento dos governos do Brasil e da Venezuela, especificamente a agenda social e democrática nesses projetos, com ênfase na análise do campo social e problematização do lugar da participação popular, tendo em vista a construção de bases comparativas que sejam capazes de traduzir e explicar as tendências em curso na América Latina. O objetivo central dessa análise é demonstrar se a implementação da política social na América Latina, com toda a contraditoriedade que lhe é inerente, pode ser capaz de contribuir para nutrir a radical democratização dos modelos institucionais das políticas públicas de governo, numa direção que contemple e amplie o protagonismo e a participação crescente do povo no patrimônio político e econômico-social, coletivamente construído pelo conjunto da classe trabalhadora.

Palavras chave: participação popular, política social, políticas públicas, sistemas de proteção social, democratização.

Participación popular en las políticas sociales en América Latina: estudio comparativo entre Brasil y Venezuela

Resumen

El presente artículo es el resultado de un esfuerzo crítico-dialéctico para analizar los documentos sobre planeación de los gobiernos de Brasil y de Venezuela, específicamente de la agenda social y democrática, con énfasis en el análisis del campo social y de la problemática de la participación popular, tomando en cuenta la construcción de las bases comparativas capaces de traducir y explicar las tendencias actuales en América Latina. El objetivo central del análisis es demostrar que la implementación de la política social en la región, con todas las contradicciones que le son inherentes, puede contribuir a nutrir una democratización radical de los modelos institucionales de las políticas públicas de gobierno, en una dirección que contemple y amplíe el protagonismo y la participación creciente del

* Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Correo electrónico: mirellafr@gmail.com

pueblo en el patrimonio político y económico-social, colectivamente construido por el conjunto de la clase trabajadora.

Palabras clave: participación popular, política social, políticas públicas, sistemas de protección social, democratización, Brasil, Venezuela.

*Popular Participation and Social Policies in Latin America:
Comparative Study of Brazil and Venezuela*

Abstract

This article does a critical-dialectic work to analyze planning documents of the governments of Brazil and Venezuela, specifically social and democratic issues. Also, it makes an emphasis on popular participation, considering comparative bases that are able to interpret and explain the current situation of Latin America. The main objective of this analysis is to demonstrate that the implementation of social policy in the region, with all the inherent contradictions, can contribute to nourish a radical democratization of the institutional models of governmental and public policy, in a way that includes and increases political leadership, and collective participation of the whole working class.

Keywords: Popular participation, social policy, public policy, protection social system, democratization, Brazil, Venezuela.

Esse artigo resulta de um esforço crítico-dialético para analisar os documentos atinentes ao macro-planejamento de governo do Brasil e da Venezuela, especificamente a agenda social e democrática nesses projetos, com ênfase na análise do campo social e problematização do lugar da participação popular, tendo em vista a construção de bases comparativas que sejam capazes de traduzir e explicar as tendências em curso na América Latina. Trata-se de identificar nos dois países, a partir de um estudo teórico-bibliográfico, o reconhecimento e deciframento das diferentes experiências que engendram e articulam (ou não) referências político-participativas para a organização dos serviços sócio assistenciais a partir dos grupos populares.

A predileção em investigar Brasil e Venezuela é devido a expressão de tendências singulares nestes países, particularmente no que se refere a universalização e democratização dos seus respectivos sistemas de proteção social, que estariam configurando diferentes projetos de sociedade no horizonte político-social latino-americano a partir do final do século XX e início do século XXI.

Portanto, precisamente, o objetivo central ao qual nos propusemos com esse estudo, é através da análise do lugar da participação popular nas políticas sociais no Brasil e na Venezuela, demonstrar se a implementação da política social na América Latina, com toda a contraditoriedade que lhe é inerente,

pode ser capaz de contribuir para nutrir a radical democratização dos modelos institucionais das políticas públicas de governo, numa direção que contemple e amplie o protagonismo e a participação crescente do povo no patrimônio político e econômico-social, coletivamente construído pelo conjunto da classe trabalhadora.

Portanto, pelo ângulo atinente às determinações específicas dos documentos que organizam o planejamento econômico e sócio-político do Brasil e da Venezuela, este artigo pretende elucidar o que se observa de *novo* na tradução do direito social em política pública nos dois países investigados no tempo contemporâneo; particularmente, no que se refere ao objetivo central dessa investigação, remetendo, pois, à análise das possibilidades de ascensão de um novo arco de poder originado e comprometido com os interesses populares nos distintos projetos de sociedade que esses documentos esboçam.

Cabe referenciar que o exame proposto não prescindiu de um rigor metodológico genuinamente latino-americano. Nesse sentido, o estudo que ora apresentamos tem como fio condutor da análise a *latinoamericanização* do debate, considerando a necessidade de pensar horizontes categoriais assentados na realidade concreta do continente e, assim, propor soluções para a superação do atual modelo. Dessa maneira, reiteramos nosso esforço em pensar criticamente *desde abajo*, o que significa negar a reprodução de uma ciência gerada como mônada, imune às contradições e aos conflitos sociais, de modo a não contribuir para um *saber erudito tantas vezes espúrio*¹ e retomar uma razão que nos explique a partir de nossa própria realidade. Nessa medida, o referencial teórico-metodológico deriva, essencialmente, da perspectiva dialética-materialista, numa dimensão fortemente crítica da tendência eurocêntrica, portanto, alinhada com o pensamento crítico das ciências sociais latino-americanas.

De tal modo, a organização do artigo, acerca dos termos teórico-concretos para a discussão proposta, principia com um enquadramento geral da política social na América Latina, tendo em vista a apreensão da realidade estrutural dos países latino-americanos conformada pela dependência, e as contradições peculiares à política social no continente latino-americano. Na sequência, partimos especificamente para a análise dos planos abrangentes de desenvolvimento econômico e social pertinentes ao Brasil e à Venezuela, atentando para as diretrizes relativas ao campo democrático-popular e social, objetivando dimensionar as possibilidades que dali emergem.

¹ Para usar atinada caracterização de Ribeiro (2006).

Deste feito, relativo ao planejamento do governo brasileiro, procedemos a análise a partir dos Planos Plurianuais (PPA) do governo Lula: o *PPA 2004-2007 –Plano Brasil de Todos* e o *PPA 2008-2011–, Desenvolvimento com inclusão social e educação com qualidade*. Importa assinalar que o PPA constitui o principal instrumento de planejamento da gestão pública no Brasil, no qual são definidas as diretrizes estratégicas, metas e prioridades de desenvolvimento econômico e social do país, sendo, portanto, elucidativo no que se refere ao sistema de proteção socioassistencial que se pretende construir. O equivalente venezuelano é o *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (PDES)*, de modo que analisamos os dois pertinentes ao período do governo Chávez: o *PDES 2001-2007* e o *PDES 2007-2013*, cujo subtítulo é *Proyecto Nacional Simón Bolívar: Primer Plan Socialista (PPS)*.

Esse estudo, cabe ressaltar, é parte das análises desenvolvidas no escopo da minha dissertação de mestrado (Rocha, 2009), na qual procuramos condensar e aprofundar as investigações desenvolvidas ao longo dos últimos anos no âmbito de dois projetos de pesquisa. O primeiro, desenvolvido entre os anos de 2005 e 2006, *O Gasto Social na América Latina: Estudo comparativo entre Brasil e Venezuela* versou o cotejamento dos dados de financiamento público das políticas sociais nos dois países, visando mensurar a magnitude do investimento social e assim delinear as tendências em curso no continente. O segundo, desenvolvido entre os anos de 2007 e 2009, *Família e Participação Popular: Antinomias dos Modelos de Proteção Social na América Latina* objetivou compor elementos analíticos atinentes à construção de uma nova cartografia de categorias referentes ao debate sobre família e participação popular no âmbito das políticas públicas de proteção social, especificamente da política de assistência social na América Latina. Tais projetos foram conduzidos pela Dra. Beatriz Paiva e desenvolvidos pelo qualificado grupo de pesquisa que compõe o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA, UFSC), que desde 2004, através do Observatório Latino-Americano (OLA) sob coordenação geral do Dr. Nildo Ouriques, vem se dedicando ao tema das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na América Latina.

Trabalho, questão social e política social: o prisma latino-americano

O prisma latino-americano conducente da análise remete a tentativa de contribuir ao desenvolvimento de uma perspectiva autônoma e crítica do modo de perceber o mundo, ou seja, especialmente partindo da concreticidade de um espaço/tempo que nos pertence, que encerra determinadas contradições

por ter uma peculiaridade histórica que deve ser resgatada, defendida e analisada.

Tal advertência teórico-metodológica inicial deve ser enriquecida do ponto de vista histórico, por isso entendemos ser imprescindível considerar a dependência como um dos grandes pilares nos quais se assentam as relações sociais de nossas nações, haja vista que a processualidade capitalista em âmbito mundial determina este caráter peculiar de organização da produção na América Latina.

A dependência, de acordo com a análise de Marini (1991), pode ser entendida como uma relação de subordinação que ocorre entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou constantemente recriadas para assegurar a reprodução ampliada dessa condição. Nos termos de Marini (1991):

(...) aun cuando se trate realmente de un desarrollo insuficiente de las relaciones capitalistas, esa noción se refiere a aspectos de una realidad que, por su estructura global y su funcionamiento, no podrá nunca desarrollarse de la misma forma como se han desarrollado las economías capitalistas llamadas avanzadas. Es por lo que, más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo *sui generis* que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional.

A inserção periférica e dependente da América Latina no processo de acumulação capitalista em escala global se fundamenta a partir da formação de uma divisão internacional do trabalho, que posteriormente acaba por condicionar o desenvolvimento subsequente da região dependente. Em seu ensaio *Dialética da Dependência*, Marini (1991) apresenta os mecanismos que determinam a produção e a reprodução de capital em escala ampliada, partindo das relações estabelecidas entre países centrais e países periféricos, e apontando suas consequências sob a organização das sociedades dependentes. Segundo o autor, são estabelecidas relações comerciais que baseiam-se em um sistema de trocas desfavoráveis, reatualizando permanentemente os termos do *intercâmbio desigual*.

Através desse mecanismo, os condicionantes da dependência empreendem uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é então apropriado no centro da acumulação mundial, de modo que tal dinâmica capitalista, nos termos de Marini (1991), é garantida através de uma maior exploração da força de trabalho na periferia.

A superexploração da força de trabalho, mecanismo típico adotado nestas

economias através da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa combinadas, segundo análise de Marini (1991), caracteriza-se como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva. Através desse mecanismo, portanto, a América Latina desempenha uma funcionalidade dual: transformando as relações sociais no interior dos países centrais, haja vista que os produtos alimentícios fornecidos pelos países periféricos permitem manter determinado nível de salários aos trabalhadores daqueles países; compensando as perdas, próprias do intercâmbio desigual na relação com as economias centrais, a partir da superexploração da força de trabalho.

Assim, o que aparentemente configura um dispositivo estrutural de compensação em nível de mercado, caracteriza-se como um instrumento que opera internamente no âmbito das relações sociais de produção gerando, nos países dependentes, efeitos severos sobre o trabalho por meio de três mecanismos, quais sejam: “la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo” (Marini, 1991), que caracterizam o modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição a exploração resultante do aumento de sua produtividade.² Há que se considerar que esses mecanismos impõem condições deploráveis de vida às massas, pois sua manifestação mais expressiva é que a força de trabalho é remunerada muito abaixo do seu valor real, ademais a ausência ou precariedade de um sistema de proteção social público.

Desse modo, do ponto de vista genuinamente latino-americano, à medida em que, através de uma maior exploração do trabalhador, a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, o capitalismo dependente institui –de modo sempre crescente– o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo, desta forma, uma intensa e crescente exploração do trabalhador, determinando, peculiarmente, os traços da chamada *questão social* no continente latino-americano.

² De acordo com análise de Marx (1983), a exploração, entendida como apropriação do valor produzido pelo trabalhador por parte do capitalista, também possui três mecanismos, quais sejam: a mais-valia relativa, a mais-valia absoluta e o pagamento de um salário que garanta a reprodução da vida do trabalhador e de sua família. Conforme assinalamos, na América Latina a superexploração será conduzida a partir da agudização destes mecanismos, à medida que a remuneração ocorre por baixo do valor real da força de trabalho, o salário no continente não permitirá sequer a reprodução da vida do trabalhador, tampouco de sua família.

Nessa conjuntura em que a realidade concreta *veste ainda sua mais dura pele* cabe ressaltar a dupla dimensão das políticas sociais públicas: a) sua refuncionalização para, num mesmo movimento, amortizar o conflito social próprio da luta operária em dado momento do processo de acumulação e, também, atender as demandas decorrentes da reprodução social tipicamente capitalista; b) seu potencial político-emancipatório, cuja processualidade histórica está inserida no lastro da disputa política pelo excedente econômico expropriado das massas.

O mecanismo de absorção do excedente pela administração pública permanece refratado, em decorrência da lógica a qual estão submetidos os países dependentes, ou seja, a combinação entre o sistema de endividamento público, a matriz primário-exportadora e a debilidade tecnológica.³ Esta combinação de determinações afeta também o ciclo de produção e reprodução do capital internamente, sabemos, pois, em consequência, a dinâmica dependente impossibilita a reprodução dos mecanismos de proteção social, para além dos absolutamente necessários à conservação deste padrão de acumulação que comporta o abandono das classes subalternas ao constrangimento daquilo que Marx e Engels (2007) chamaram de *meras condições materiais de existência*.

Tem-se que, principalmente na América Latina, as alternativas estratégicas para a expansão das garantias e direitos sociais historicamente só responderam à intensa e demorada luta política das massas, ou seja, a concreta intervenção estatal por meio de políticas sociais –diferentemente da idéia da concessão populista– se deu apenas quando se evidenciaram inevitáveis e imprescindíveis, produto direto da luta de classes. A insurgência, a insubmissão, as lutas e demais processos políticos também foram uma constante no desenvolvimento do continente.

³ A partir da dependência gerada e reproduzida nos marcos do capitalismo maduro em escala internacional, sua tendência é a concentração e centralização dos excedentes que resultam da acumulação interna nos centros dinâmicos do sistema mundial, caracterizando a especificidade do excedente latino-americano: à medida que “estivemos secularmente condenados, como produtores do que não consumimos para gerar prosperidades alheias” (Ribeiro, 1991:29), nosso excedente trilha o caminho do ser ao não ser, isto é, não encontra realização produtiva em território nacional. Marini elucida a questão: “En efecto, a diferencia de lo que sucede en los países capitalistas centrales, donde la actividad económica está supeditada a la relación existente entre las tasas internas de plusvalía y de inversión, en los países dependientes el mecanismo económico básico deriva de la relación exportación-importación: aunque se obtenga en el interior de la economía, la plusvalía se realiza en la esfera del mercado externo mediante la actividad de exportación y se traduce en ingresos que se aplican, en su mayor parte, en importaciones. La diferencia entre el valor de la exportación y de las importaciones, es decir, el excedente invertible, sufre pues la acción directa de factores externos a la economía nacional” (1980:6).

Apesar do vínculo genético existente entre a política social capitalista e os processos de legitimação da ordem que o Estado periférico e as classes dominantes internas/externas delineiam para as massas, a dimensão histórico-política da luta de classes constitui um vínculo igualmente importante, principalmente na América Latina onde o capitalismo foi erigido sobre a agudização de suas contradições. O papel do Estado dependente, de criar condições internas para a valorização do capital externo, não esvazia o potencial político fundamental que assume nestas economias.

Na disputa com a alocação autoritária fruto de decisões do governo e das agências multilaterais, as políticas sociais devem almejar o horizonte da ação coletiva que realmente concretize direitos sociais, em busca da satisfação das necessidades humanas. Por esse motivo segue como decisiva a organização política das massas subalternas, na resistência e combate aos processos destrutivos de reprodução do grande capital, que cada vez mais comandam a dinâmica interna de produção e reprodução da vida material na América Latina. Desde aqui, em virtude da materialidade histórico-concreta da superexploração da força de trabalho e seus reais efeitos sob as condições de vida das massas, acreditamos que é preciso construir políticas sociais a partir de esquemas próprios, que afastem as tradicionais configurações que se baseiam exclusivamente no mercado de trabalho formal e cujos desenhos obedecem aos modelos ditados a partir dos organismos multilaterais.

Assim, consideramos que uma razão de política social radicalmente própria deve se constituir pela perspectiva da luta de classes, ou seja, que as políticas sociais possam ser reconhecidas como engrenagens especiais para a democratização do acesso ao excedente coletivamente construído pelo conjunto da classe trabalhadora. A referência da política social latino-americana nessa disputa remete à necessidade de inversão do fluxo político-econômico próprio do Estado burguês dependente – de importante mecanismo de financiamento da acumulação de capital em escala mundial, seja transformado, pela mobilização protagônica da população, em estratégias de expansão das garantias e direitos sociais.

Aqui cabe um esclarecimento. O campo do direito social, bem como da política social que o materializa, como sabemos, não é alheio de contradições. Sabemos também que eventuais alterações na correlação de forças no âmbito das relações de reprodução social, decorrentes dos processos políticos em torno dos direitos sociais, não possuem capacidade orgânica de atuar decisivamente junto às estruturas, isto é, aos aspectos essenciais da luta de classes, no que se refere ao combate à exploração capitalista e às relações de propriedade privada sobre as quais essa exploração se assenta. Entretanto, ao passo que

apelamos para a luta política no campo das políticas sociais na América Latina, estamos reconhecendo que o limite intransponível da propriedade privada não anula outras possibilidades que podem ser construídas a partir dessas políticas, principalmente no que se refere aos processos políticos que podem se desencadear a partir da agudização das contradições econômicas e sociais no terreno específico da luta de classes. No horizonte da socialização da riqueza socialmente produzida, bem como das estruturas de poder político, a política social pode se tornar “um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes” (Ouriques, 2005:140).

Sendo assim, nossa premissa é que as políticas sociais devem se subordinar à organização do protagonismo popular e às suas soberanas decisões quanto à utilização dos recursos públicos, consagrando assim uma nova dinâmica revolucionária, por meio da luta social pela radicalização da democracia. Daí, pois, a importância de empreendermos a análise acerca do lugar da participação popular em dois distintos desenhos do campo político e social no continente, quais sejam, do Brasil e da Venezuela.

Participação popular nas políticas sociais no Brasil e na Venezuela: Estudo comparativo a partir dos planos governamentais

O PPA elaborado no ano de 2003 para o quadriênio 2004-2007 é o primeiro do governo Lula, sendo referenciado como a expressão do compromisso no sentido de “promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira” (MPOG, 2003:13). Trata-se, pois, de uma empresa de desenvolvimento econômico e social que compõe um projeto para longo prazo, cuja meta é a inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego. A estratégia é o crescimento ambientalmente sustentável, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade, bem como a redução da vulnerabilidade externa através da expansão de atividades competitivas. As políticas e programas que consubstanciam essa estratégia distribuem-se em três *megaobjetivos*: dimensão social; dimensão econômica, regional, ambiental, e dimensão democrática.

Depois da promulgação da Constituição Bolivariana de 1999, o PDES 2001-2007 venezuelano, também é o primeiro plano de desenvolvimento econômico e social da Era Chávez. Nele estão sistematizadas as políticas e as estratégias para subsidiar um desenvolvimento sócio-econômico sustentável a partir do

território, com o objetivo de gerar oportunidades e equidade social. De acordo com a mensagem presidencial que o apresenta, o PDES 2001-2007 é a materialização de um *esfuerzo planificador* que começou em 1991, quando o MBR-200 elaborou as linhas gerais de um programa de governo revolucionário, o *Plan de Operaciones Ezequiel Zamora*, o qual legou uma diretriz estratégica: “los objetivos estratégicos del proyecto nacional deben ser diseñados tomando como base las necesidades humanas” (República Bolivariana de Venezuela, 2001:7). Assim, tendo em vista operacionalizar tal diretriz estratégica, o PDES 2001-2007 estabelece cinco equilíbrios, quais sejam: econômico, social, político, territorial e internacional e um alicerce “la participación protagónica de todo el pueblo venezolano sin discriminación alguna” (*Ibid.*:8).

Os compromissos estabelecidos nesse plano tentam referendar o reconhecimento da dívida social e da omissão das burguesias nacionais em promover o bem-estar para as massas, contudo, propõe o caminho do desenvolvimento sócio-econômico. Assim, a luta contra as desigualdades e a pobreza é referenciada como imperativo ético não contraditório com a eficiência econômica. Ao contrário, de acordo com o PDES 2001-2007, a categórica justiça social exige a diversificação da economia, como motor de desenvolvimento, na direção de um novo modelo.

A relação do âmbito econômico com o social é explícita, pois, em ambos os planos de governo. O PPA 2004-2007 do governo Lula, nessa direção, enfatiza a necessidade de planejar o desenvolvimento social aliado ao econômico, ou seja, “construir uma sociedade dinâmica e moderna, tirar o país da letargia, gerar empregos e riquezas e estabelecer justiça social são objetivos que só serão alcançados com um crescimento econômico firme e duradouro” (MPOG, 2003:13); nesse diapasão tem-se que, apesar dos programas sociais serem absolutamente necessários, são também insuficientes “porque o ataque apropriado à exclusão social e à má distribuição da renda exige também crescimento sustentado, com a geração de riqueza em escala suficiente para elevar o volume de investimentos e a massa salarial do país” (*Ibid.*:14).

A estratégia medular que o plano apresenta para dar consequência a esse projeto de desenvolvimento no Brasil, refere-se à expansão do mercado de consumo de massa, a partir da inserção das famílias trabalhadoras no mercado consumidor das empresas modernas.⁴ Segundo o PPA 2004-2007 este modelo

⁴ De acordo com o PPA 2004-2007, são mercadorias do ramo de produção da indústria moderna: alimentos processados, vestuário e calçados, artigos de higiene e limpeza, produtos farmacêuticos, equipamentos eletrônicos, eletrodomésticos, materiais de construção, mobiliário,

é viável, já que “está inscrito na lógica de operação da economia brasileira” (*Ibid.*:17), na qual um aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras deve se traduzir no aumento da demanda por mercadorias dos ramos de consumo da indústria moderna, o que impulsiona a demanda por mão de obra. Espera-se, portanto, o denominado *círculo virtuoso*, isto é, que a transmissão do aumento da produtividade ao poder aquisitivo das famílias deve gerar mais consumo, mais investimentos, mais empregos e assim sucessivamente. A estratégia consiste em investir no setor produtivo-industrial para fomentar o emprego e o aumento da produtividade do trabalho –em que, resumidamente, o trabalhador com maquinário mais sofisticado produz mais no mesmo espaço de tempo– haja vista a diminuição dos preços das mercadorias e o conseqüente incremento no consumo de massas. Além disso: “Com os ganhos de produtividade, gerase o excedente que pode traduzir-se em maiores rendimentos das famílias trabalhadoras, por meio da redução nos preços dos bens e serviços de consumo de massa, da elevação salarial e da elevação da arrecadação fiscal que pode ser destinada a gastos sociais” (*Ibid.*).

No entanto, o PPA 2004-2007 reconhece que a dinamização da economia, através do estímulo ao consumo de massa, impõe políticas adjuvantes a tal estratégia, pois “mesmo em condições de rápido crescimento, tende a haver insuficiente criação de emprego, devido ao fato que os setores modernos são pouco intensivos em mão de obra” (*Ibid.*:18). Concorre com isso o número elevado de trabalhadores com baixo nível de escolaridade, pouco qualificados ou em situação de desemprego ou subemprego que dificilmente são absorvidos no ramo industrial.

Por esse motivo há a necessidade de que o governo federal privilegie políticas no sentido de atacar as fragilidades que impedem o correto funcionamento do *círculo virtuoso*. É assim que as políticas ditas de inclusão social e de transferência de renda aparecem inseridas na macro-estratégia econômica do *Plano Brasil de Todos*: são indispensáveis ao modelo de desenvolvimento baseado no consumo de massa. As políticas sociais, nesse sentido, constituem importante alavanca ao mecanismo econômico.

As políticas sociais viabilizam o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão da oferta de mão de obra sobre o mercado de trabalho, favorecendo a transmissão dos aumentos de produtividade aos salários. Por exemplo: a) a reforma agrária e o fomento à

serviços de supermercados, serviços de transporte, de energia elétrica, de telefonia, de entretenimento (MPOG, 2003:17).

agricultura familiar retêm mão de obra no campo e criam renda; b) a exigência de frequência escolar para acesso à política de transferência mantém a criança na escola, reduz o trabalho infantil e melhora a renda familiar; c) a universalização da assistência aos idosos viabiliza seu descanso e libera vagas no mercado de trabalho, além de elevar a renda da família; d) o micro-crédito dá suporte ao auto-emprego e a postos de trabalho em microempresas, criando emprego e renda; e) os programas de acesso à moradia, infra-estrutura e serviços sociais, como saneamento, transporte coletivo, educação e saúde são clássicos geradores de postos de trabalho, além de ampliar a renda, ao reduzir gastos como aluguel, remédio e escola, f) os programas de transferência de renda, a elevação do salário mínimo e o seguro-desemprego operam em favor do modelo de consumo de massa, ao ampliar os rendimentos da família pobre e ao disponibilizar recursos para o aumento dos gastos (*Ibid.*:19).

De acordo com o documento reside aí o grande desafio do PPA 2004-2007: eliminar os principais obstáculos ao crescimento continuado da economia, na direção do incremento ao consumo de massa em âmbito interno, bem como a redução da vulnerabilidade externa, considerando a influência positiva de tal redução para a expansão do volume de exportações. Trata-se de incitar a expansão do consumo bem como a expansão do investimento e das exportações.

É importante referenciar que o crescimento continuado do volume de exportações aparece como estratégia primordial para a efetividade do PPA 2004-2007 em todos os aspectos. Nesse sentido, estando o desenvolvimento social amarrado ao desenvolvimento econômico e este organicamente vinculado ao dimensionamento das exportações define-se a meta do plano: manter o atual dinamismo das exportações do setor agropecuário, e “por meio das economias de escala e ganhos de produtividade, possibilitados pelo aumento do investimento e ampliação do mercado interno, aumentar e diversificar as exportações de manufaturados” (*Ibid.*:24).

Há uma perceptível nostalgia do desenvolvimentismo neste projeto, sem a ousadia do enfrentamento das causas da dependência. Isto significa que a impotência do Estado brasileiro, revelada pela submissão aos interesses da economia exportadora de produtos primários, aliada aos que se beneficiam da intensa expropriação da riqueza social pelo mecanismo do endividamento público, segue sendo a regra, expressa na incapacidade de romper com esse modelo. Ademais, o PPA nem problematiza e não se propõe a formular respostas a estes dilemas.

O plano venezuelano também aborda a necessidade de investimentos em exportações. Dentro do equilíbrio econômico no PDES 2001-2007, o estímulo

lo ao setor de exportações aparece como estratégia para lograr a definitiva dissociação da dinâmica petroleira e o desempenho econômico interno, à medida que a flutuação do preço do petróleo no mercado internacional deixa a economia nacional muito suscetível à volatilidade ou estancamento. A principal proposta econômica é pois diversificar a base da economia do país, que é substancialmente rentista –majoritariamente dependente da renda do petróleo– a uma economia produtiva, através da impulsão aos setores industriais, à agricultura, ao comércio, entre outros –o que deve estimular a geração de empregos. Para o governo venezuelano, esse mecanismo será possível a partir do impulso ao protagonismo popular vinculado ao desenvolvimento de políticas sociais em todo território nacional. Nesse escopo a política de sustentabilidade fiscal tem duas vertentes: propiciar maior qualidade do gasto social, “especialmente en salud, educación, energía, agua, transporte, seguridad jurídica y personal” (República Bolivariana de Venezuela, 2001:16), e investir em fontes adicionais de ingresso fiscal,

el cual se derivará de las nuevas ramas agrícolas, industriales y de servicios privadas, las cuales conformarán una nueva economía de exportación masiva de bienes y servicios, que, al lado de librar a la economía nacional de una excesiva dependencia de exportación de crudos y refinados primarios de origen petrolero, incrementarán sustantivamente los ingresos fiscales no petroleros (*Ibid.*:16 y 17).

De acordo com o documento, o surgimento de um vigoroso setor de exportações não petroleiras exigirá uma ação deliberada do Estado para criar um entorno favorável à competitividade nos mercados internacionais. Nesse sentido, privilegia-se um conjunto de medidas fiscais, comerciais, financeiras e o desenvolvimento de serviços que gerem “externalidades positivas en términos de reducción de costos e incremento de la productividad” (*Ibid.*:29).

Em tal aspecto se assemelha muito ao plano brasileiro. O que se percebe de diferente é a invocação da participação popular para a efetividade do equilíbrio econômico: pode-se dizer que o primeiro plano de desenvolvimento da nação do governo Chávez, no campo econômico, baseia-se no incremento do setor produtivo, o qual se obterá a partir do protagonismo do Estado e da população, o que não constitui um dado irrelevante. A socialização radical da política, na superação dos constrangimentos da democracia representativa-liberal abriu espaços inéditos e potentes na discussão sobre o destino da renda petroleira e dos seus contraditórios efeitos na economia do país. Ademais, com o objetivo de inaugurar um novo paradigma produtivo, o plano referencia que ao Estado caberá a parceria com o setor privado para que o investimento na indústria possibilite a geração de empregos; também que

é responsabilidade do setor público empreender um conjunto de medidas que permitam desenvolver o que denomina-se *economia social*, isto é, a formação de microempresas comunitárias ou familiares, novas formas de cooperativas ou associativismo, empreendimentos campestinos, etc.⁵ À população, segundo o documento, caberá protagonizar as transformações necessárias em matéria de organização sócio-comunitária, tanto para a organização do campo político e social nas comunidades, quanto para o desenvolvimento de projetos de cunho produtivo que privilegiem o aproveitamento sustentável dos territórios, de modo que tais estratégias se inserem no escopo das *Misiones Bolivarianas*.

É assim que o equilíbrio econômico relaciona-se com o equilíbrio social no primeiro plano de desenvolvimento sócio-econômico da V República. O propósito do *plan de equidad social* é superar as enormes desigualdades sociais na direção da potencialização do pleno desenvolvimento humano, social e cultural do povo venezuelano.

El plan de equidad social es el instrumento de acción de gobierno que tiene como imperativo ético y político responder a las necesidades sociales alcanzando la equidad como nuevo orden de justicia social y base material de la sociedad venezolana. Este objetivo exige transformar las condiciones materiales y sociales de la mayoría de la población, separada y distanciada históricamente del acceso equitativo a la riqueza y al bienestar, y construir una nueva condición de ciudadanía basada en el reconocimiento pleno y el ejercicio garantizado de los derechos, como seres humanos y sujetos sociales con autonomía en todas las esferas de acción de la vida social (*Ibid.*:91).

Para tal, as propostas apresentadas pelo documento são as seguintes: a) garantir o desfrute dos direitos sociais de forma universal e equitativa, o que inclui: promoção de políticas educacionais para adequar o sistema ao projeto bolivariano, bem como aprimorar a qualidade da educação, para todos e em todos os níveis; saúde e qualidade de vida em um sistema único e universal, substancialmente intersetorial e participativo; consolidação da seguridade social para todos, de acordo com a nova Constituição Bolivariana, que rompe com o *paradigma laborista* que existia anteriormente, no qual o emprego se constituía como eixo central, descaracterizando o direito universal; implementação do

⁵ Sobre a *economía social* o documento esclarece: “El fortalecimiento de la economía social está orientado a contribuir a la democratización del mercado, con el desarrollo de actividades económicas de carácter asociativo, donde los trabajadores o la comunidad son los dueños del patrimonio de las empresas, no existiendo una separación entre el capital y el trabajo, ni contratación de trabajo asalariado” (República Bolivariana de Venezuela, 2001:103).

sistema nacional de habitação saudável, seguro e ecologicamente equilibrado; desenvolvimento de programas e projetos territorializados de atenção especial para a população em pobreza extrema, considerando a necessidade histórica por uma rede comunitária de cobertura universal no campo socioassistencial; criação do sistema nacional de cultura que propiciará novos espaços culturais nas comunidades; universalização do esporte como política pública haja vista a formação integral do ser humano e o fomento ao esporte de alto rendimento; promoção de projetos nacionais de utilização do tempo livre, para a democratização da recreação, do descanso e criação do turismo popular; implementação de programas para incentivar a apropriação coletiva dos meios alternativos de informação e comunicação nas comunidades, considerando que as tecnologias podem transformar-se em instrumentos estratégicos da democracia participativa e mobilização; b) melhorar a distribuição do ingresso e da riqueza, como condição essencial para a diminuição do conflito distributivo entre capital e trabalho, com a satisfação das necessidades dos trabalhadores e *sectores laborales subutilizados*. O melhoramento da distribuição de renda nessa fase do projeto bolivariano se alcançará com o fortalecimento da economia social, a democratização da propriedade da terra, a geração do emprego produtivo e a reestruturação do regime de remunerações com a criação das modalidades *salario social*, *salario-participación* y *salario-inversión*, e c) fortalecimento da participação e aprimoramento das instâncias de poder popular em espaços públicos de decisão: trata-se do salto inicial à materialização da democracia participativa e protagônica, à medida que se estabelece uma ruptura com o conceito tradicional de participação; é garantido o direito do povo de participar da formulação, execução, gestão e controle das políticas sociais públicas, a exercer o poder originário por diferentes mecanismos nas comunidades organizadas (*Ibid.*).

Assim, o PDES 2001-2007 espera definitivamente operar uma *mudança de orientação*, já que historicamente o desenvolvimento de políticas sociais sempre foi subordinado à esfera econômica. Agora, de acordo com o documento, se reconhece que o modo de produção é o substrato fundamental das condições de vida da população e principal determinante do usufruto assimétrico da riqueza produzida na sociedade, por esse motivo fundamenta-se que:

La búsqueda de la equidad social abandona definitivamente las políticas de *combate a la pobreza* o a la *protección de grupos vulnerables*, insistentemente utilizadas en el pasado dentro de un marco de aparente neutralidad política que utilizan categorías y métodos circulares para comprender y actuar parcialmente sobre la realidad social, dejando perpetuarse los mecanismos esenciales que le dan existencia. Estas políticas

plantean el supuesto objetivo de superar la pobreza, a través de medidas falsamente equitativas –focalizadas o de corte compensatorio– de entrada a circuitos de bienes y servicios para pobres que profundizan su segregación, desvalorización como seres humanos y como ciudadanos de segunda categoría –que buscan remediar las fallas de un sistema económico y social en sí mismo injusto y excluyente, que reproduce y acentúa históricamente las brechas de inequidad entre grupos humanos y territorios (*Ibid.*:91-92).

Em oposição a esse modelo é que o *Plan de Equidad Social* do PDES 2001-2007 intenta abarcar a luta da sociedade pelo acesso universal aos direitos sociais. Os princípios para garantia da universalidade são, pois, segundo o documento, a equidade, a participação e a co-responsabilidade, operacionalizados através de ações integrais, constantes e sistêmicas que respondam às necessidades sociais das comunidades e territórios sociais, a partir das suas diferentes formas de organização coletiva e expressões da realidade concreta que tornam urgente as intervenções socioassistenciais.

Dessa forma, o plano apresenta a política social a partir de dois objetivos: autonomia e participação. Como instrumento de poder político fundamental para a construção da nova sociedade, a política social do governo bolivariano aparece como responsável pela restituição e fortalecimento da soberania popular, como espaço de apropriação por, do e para o interesse coletivo.

De acordo com análise de Pereira (2007), a autonomia é uma necessidade básica, objetiva e universal que não deve descambar para o individualismo e o subjetivismo, à medida que “se contrapõe, claramente, à tendência liberal de, em nome da liberdade, transformar o indivíduo em uma mônada isolada e calculista na autosatisfação de suas preferências e desejos” (*Ibid.*:72). A política social que pretenda substancialmente ensejar a autonomia precisa superar os direitos individuais como forma da cidadania, cujo conteúdo é a prisão à esfera privada das relações sociais, a formação do cidadão consumidor e, encontrar o caminho da coletividade.

Tal parece ser o horizonte para a construção do atual sistema de proteção social da República Bolivariana de Venezuela. Um modelo no qual a equidade social deverá ser a expressão de uma construção coletiva capaz de transformar a tão evocada justiça social no compromisso popular pela garantia da universalidade do acesso aos direitos, “dando a cada cual según su necesidad y pidiendo de cada cual según su capacidad” (República Bolivariana de Venezuela, 2001:92), ou seja, visando a materialidade da Constituição de 1999 no exercício do que auto-denominam *governabilidade revolucionária*.

Nessa esteira, trata-se de uma *estratégia* substancialmente diferente do que a proclamada no plano brasileiro, na qual o estímulo ao consumo de

massa é apresentado como motor do crescimento econômico, de modo que este seria o responsável pelo sucesso do modelo, conforme anteriormente assinalado. Inserida em tal estratégia, a dimensão social do PPA 2004-2007 vincula-se organicamente ao desenvolvimento econômico requerido e, além disso, apresenta essa histórica relação como uma “inovação” em termos de concepção das políticas sociais.

No que se refere à *concepção*, a grande diferença reside na *integração* entre a política social e a política econômica, derivada do modelo de desenvolvimento adotado. O modelo realiza a *integração* entre, por um lado, a inclusão social e a redistribuição da renda e, por outro, os investimentos e o crescimento da renda e do emprego. A universalização dos direitos sociais básicos e a transmissão dos ganhos de produtividade aos salários estabelecem a sinergia entre as políticas sociais e de investimento, promovendo o crescimento por meio da expansão do mercado de consumo popular (MPOG, 2003:61).

Nestes moldes, tem-se que as principais políticas assinaladas na dimensão social, tais como aumento dos salários vinculado aos ganhos da produtividade e o desenvolvimento de um novo programa de transferência de renda condicionada para os *grupos mais vulneráveis da população*, podem ser caracterizadas como a tradução de políticas meramente conciliatórias com a ordem econômica vigente em conformidade exemplar com as orientações dos organismos multilaterais.

Circunscrita nesta lógica, a chamada *universalização dos direitos sociais básicos*, que aparece no PPA 2004-2007 do governo Lula, deve privilegiar medidas orientadas aos seguintes *desafios*: a) combater a fome visando sua erradicação e garantir a segurança alimentar e nutricional; b) promover atendimento diferenciado para os grupos mais vulneráveis por meio da ampliação da transferência de renda condicionada, desenvolvimento de políticas afirmativas, políticas urbanas e de inclusão digital; c) promover acesso universal com qualidade e equidade através da extensão da cobertura de políticas mais consolidadas nas áreas de saúde, previdência e assistência social; d) ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população; e) promover o aumento da oferta e a redução dos preços, bens e serviços, especialmente daqueles dirigidos ao consumo popular, e f) integrar as políticas de geração de emprego e renda com as de desenvolvimento (MPOG, 2003).

Esses desafios, bem como as políticas, programas e projetos que os materializam aparecem como a expressão “do firme compromisso do governo Lula com a inclusão social” (*Ibid.*:63); porém acredita-se que ao condicionar o que denomina *bem estar de todas as famílias brasileiras* ao desenvolvimento

econômico centrado no aumento do consumo, o PPA 2004-2007 revela-se um mito, tal como é descrito por Celso Furtado em 1974:

O desenvolvimento econômico como vem sendo praticado pelos países que encabeçaram a revolução industrial, não pode ser universalizado. Mais precisamente: se pretende que o nível de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, seja acessível para as grandes massas da população em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo. Esta idéia constitui, com certeza, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial da ideologia reitora da revolução burguesa, dentro da qual nasceu a atual sociedade industrial (Furtado, 1975 *apud* Ouriques, 2005:137).

Conforme premissas desenvolvidas nesse estudo, é um mecanismo típico das economias periféricas que o fomento à industrialização se traduza no aprofundamento das relações de dependência. Nesse sentido, a idéia mitológica do desenvolvimento econômico caracteriza um problema essencialmente político, já que tal idéia opera pela omissão da *dominação dos povos*, conforme caracterização de Furtado: “graças a ela tem sido possível desviar a atenção da tarefa básica da identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o progresso da ciência, para concentrá-la em objetivos abstratos como o investimento, as exportações e o crescimento” (*Ibid.*).

É assim que a alternativa de desenvolvimento econômico e social que remeteria à construção de *um novo Brasil, um Brasil de todos*, é erigida, pois, a partir de um mito, o que tende a levar à frustração das expectativas daqueles que acreditavam em um governo popular e, pior do que isso, tende a obstruir o real caminho de superação das desigualdades, aquele baseado na satisfação das necessidades das massas construído a partir de intensa democratização política e econômica da sociedade.

Resta-nos enfatizar que esse tema, a necessária democratização da sociedade, também aparece no PPA 2004-2007, na chamada *dimensão democrática*. Trata-se, segundo o documento, do fortalecimento da cidadania e da garantia dos direitos humanos, da valorização da diversidade das expressões culturais, da transparência do setor público com controle da sociedade, da gestão pública orientada para o cidadão e do investimento em segurança pública. Nestes termos, entende-se que o combate às desigualdades é condição fundamental “para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o *status de cidadãos*, homens e mulheres realmente iguais perante o Estado” (MPOG, 2003:155, grifo nosso).

As estratégias apresentadas pelo plano para a concreção da dimensão

democrática, portanto, referem-se à promoção de ações no campo das políticas setoriais, como o desenvolvimento de programas e projetos contra o preconceito de raça, etnia, gênero, orientação sexual, condição física ou mental, idade e religião. Propõe, nesse diapasão, o fortalecimento das conquistas das mulheres, o combate a todo e qualquer tipo de discriminação, o respeito e proteção à integridade dos povos indígenas, sua cultura e organização, o desenvolvimento de políticas especiais para os jovens, os idosos e migrantes das áreas mais prejudicadas pelas crises econômicas e sociais.

Assim, o PPA 2004-2007 apresenta o tom da *radicalização do processo democrático no Brasil*:

A radicalização do processo democrático no Brasil deve ser entendida como um grande movimento cultural que vai além da adoção de medidas de democracia econômica e social e da realização das reformas políticas. A irrestrita liberdade de expressão e a democratização dos meios de comunicação são instrumentos essenciais desse movimento. Será buscado um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos, a construção de um país mais justo econômico e socialmente e, *sobretudo*, um Estado adaptado às exigências deste novo ciclo de desenvolvimento (*Ibid.*).

Refere-se a um *movimento cultural* que pretende fundar um novo [sic] contrato social, no qual as velhas liberdades civis e a garantia abstrata de direitos humanos combinados às políticas setoriais voltadas para as *minorias* pretendem ensejar o *status de cidadão*. Obviamente, o *sobretudo*, não deixa dúvidas: percebe-se que busca-se em todas as dimensões do PPA 2004-2007 do governo Lula um modelo de Estado e sociedade adaptado às exigências do ciclo de desenvolvimento requerido (aquele, baseado no consumo de massa).

Faz-se necessário empreender uma breve digressão teórica, haja vista compreendermos o caráter de uma *radicalização democrática* que pretende se erigir nestes termos e cuja finalidade é o *status de cidadão*, o sucesso de determinado modelo de desenvolvimento econômico.

O *status*, tal como definido por Marshall (1967), constitui um padrão de identidade social, segundo o qual os indivíduos são jurídica, moral e simbolicamente reconhecidos como iguais a um só tempo pelo *consenso de opiniões* produzido na sociedade e pelas instituições positivas. Logo, a cidadania restrita ao *status*, opera a desconsideração das contradições próprias da sociedade do capital, ao passo que desloca o conflito da práxis histórico-social dos sujeitos concretos em determinada estrutura social, para o reconhecimento formal e abstrato de um conjunto de direitos.

Segundo análise de Abreu essa cidadania consolidada como identidade assentada em valores e símbolos, constitutivos de um estilo de vida e de instituições reguladoras acima das desigualdades de classe, serve ao desenvolvimento da ordem social capitalista, pois:

Desse ponto de vista, a reestruturação e a ampliação dos direitos de cidadania configuraram-se como necessários não só à elevação dos mínimos sociais, mas, sobretudo, à constituição de valores e símbolos que condicionam a lealdade moral e a lealdade política de todos os indivíduos, especialmente dos trabalhadores, assim integrados, à ordem social (2008:306).

Nesses termos, trata-se de uma cidadania “dotada de força mítica e cega, como um fetiche que coloca as necessidades e vontades humanas numa *gaiola de ferro*” (*Ibid.*:317). De acordo com o autor, uma cidadania não reificada é possível, desde que fundada na materialidade da existência social na direção da construção, no campo da luta social, de um sentido histórico que transcenda as formas abstratas e mistificadas que conformam tão somente indivíduos-cidadãos isolados e identidades coletivas restritas ao momento do consumo, da realização final do capital no mercado.

Na Venezuela, o projeto político da V República parece estar caminhando na direção de um modelo próprio, ainda nos marcos do capital como relação social fundante, no entanto muito diverso daquele preconizado para a sociedade brasileira no primeiro projeto do governo Lula. Diferentemente do PPA 2004-2007, em que todos os objetivos traçados giram em torno do modelo econômico almejado, no PDES 2001-2007 é a participação protagônica que aparece como articuladora das ações, programas e projetos em todos os equilíbrios tratados naquele documento. Dessa forma, pode-se dizer que o lugar de destaque da radicalização democrática e da participação protagônica no plano venezuelano denota um possível compromisso do governo bolivariano com a construção de *un modelo alternativo para Venezuela*.

O compromisso com a consolidação do modelo, com a construção revolucionária e a democracia protagônica aparecem de modo mais denso no próximo plano de desenvolvimento econômico e social da nação. O PDES 2007-2013, ou *Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista* (PPS) – refere-se a um projeto de desenvolvimento voltado para a cristalização do Socialismo do Século XXI. Esse projeto possui sete diretrizes, quais sejam: nova ética socialista, suprema felicidade social, democracia protagônica revolucionária, modelo produtivo socialista, nova geopolítica nacional, Venezuela como potência energética mundial, e nova geopolítica internacional. Trata-se de uma diretiva que se propõe a orientar as transformações na

estrutura da sociedade e na organização social, necessárias à re-fundação da nação que se pretende operar na próxima fase.

De acordo com o documento, o Socialismo do Século XXI consiste num modelo que está em gestação e que se demonstrará factível no decorrer de um tempo histórico que apenas começou. A matriz do projeto que se ambiciona implementar solidifica suas raízes na fusão dos valores e princípios mais avançados das correntes humanistas do socialismo e da herança histórica do pensamento de Bolívar. Seu fim último é, pois, a felicidade suprema para todos e a base deste objetivo fundamental remete aos caminhos da justiça social, equidade e solidariedade.

Ainda, a necessidade de um novo projeto histórico parte da constatação de uma realidade cujos traços fundamentais são: a confrontação entre um modo caduco de produzir e reproduzir a vida, que não terminou de fenecer, e um novo sistema, que está nascendo, cujos valores éticos, a solidariedade, a realização coletiva e a satisfação das necessidades humanas precisam se completar; a situação em que ainda se encontram um número importante de venezuelanos, impossibilitados de satisfazerem suas necessidades básicas e desenvolverem sua consciência humano-genérica; o lastro terrível que o capitalismo legou à cultura, impregnando as instituições e as pessoas de corrupção e suborno, que existem em importantes setores da sociedade na marcha contrária do trabalho criador e produtivo; o uso e a promoção da violência psicológica e material que os meios de comunicação empregam para conformar determinada subjetividade nos sujeitos, convencendo-lhes acerca da impossibilidade de existência de outra sociabilidade, como também da efetiva democratização e da realização do bem comum (República Bolivariana de Venezuela, 2007).

Nesse sentido, o projeto ético-socialista bolivariano tem como missão a “superación de la ética del capital y se centra en la configuración de una conciencia revolucionaria en la necesidad de una nueva moral colectiva, que sólo puede ser alcanzada mediante la dialéctica de la lucha por la transformación material de la sociedad” (*Ibid.*:5). Parte, para tanto, de alguns desafios: a) a necessária superação da miséria e da pobreza material e espiritual, que garanta a realização da ética ao invés da sua anulação, pois está claro que o estado de necessidade permanente anula qualquer possibilidade real de ser ético; b) a construção da nova ética *del hecho público*, ou seja, um Estado que seja a expressão de um altar de valores, haja vista efetivar uma conduta moral na relação com o povo e na vocação de servir à população; c) o ensejo à civilidade, a virtude através da qual o povo se faz responsável da vida pública; d) a criação de uma institucionalidade cujo valor

supremo seja a prática da justiça e da equidade, para que na relação dialética que existe entre o direito e a justiça seja capaz de decidir pela justiça, sem com isso minar as bases do direito, e) a tolerância ativa militante em uma sociedade plural onde convivam distintas religiões, distintas culturas e concepções de vida.

Apesar de tratar-se de um plano no qual os desafios, objetivos e metas estratégicas aparecem de forma integrada, o campo social do PPS está um pouco mais detalhado na diretriz *suprema felicidad social*, cujo ponto de partida para a construção de uma nova estrutura social é o assentamento das bases no sentido de desenvolver outro modelo sócio-econômico, produtivo, socialista, humanista e endógeno; com bases políticas transcendentais capazes de criar novas formas de pertencimento e participação na sociedade, e na qual as relações sociais de produção do socialismo sejam fundadas em formas diversas de propriedade social, dentre as quais a propriedade autogestionada, associativa e comunitária, além das formas de propriedade individual e pública existentes.

O documento referencia, ainda, que a estrutura social venezuelana está em processo de transição a esta formação social, principalmente porque através das *Misiones* “se está ejecutando un proceso de inclusión social masivo y acelerado, financiado por la nueva forma de utilizar la renta petrolera, lo que ha permitido avanzar en la cobertura y la universalización en la satisfacción de necesidades de identidad, alimentación, salud, educación, vivienda y empleo” (*Ibid.*:9).

Assim, um passo importante que já aparecia de maneira tímida no PDES 2001-2007 e agora se consolida como motor da transformação social é a política social voltada para a satisfação das necessidades e a vinculação dessas necessidades ao sistema de produção-distribuição de bens e serviços que se pretende construir. O pressuposto desse princípio que deve orientar a prática política da esfera pública, segundo o documento, refere-se ao reconhecimento da classe trabalhadora como produtora da riqueza social, bem como a consideração de que todos contribuem à produção da riqueza de acordo com suas capacidades e que o desenvolvimento das potencialidades criadoras humanas é um legado histórico-social que se processa em âmbito coletivo.

Pois bem, da mesma forma que o PPS traça as diretrizes estratégicas, no sentido de continuidade ao PDES 2001-2007, o PPA brasileiro, relativo ao segundo mandato do governo Lula, elaborado em 2007 para o quadriênio 2008-2011, é expressão da constância e aprofundamento do modelo já esboçado no primeiro, o PPA 2004-2007. Desse modo, no denominado *Plano Desenvolvimento com Inclusão Social de Qualidade* o governo institui as

prioridades, em termos de objetivos, programas, projetos e ações para os próximos anos, reafirmando o compromisso com a continuidade do projeto delineado no plano anterior, na medida em que as realizações do período anterior foram bem sucedidas, conforme a mensagem presidencial:

Os fundamentos da economia estão sólidos e a confiança na sociedade tem propiciado ambiente favorável aos investimentos privados e à ampliação dos investimentos públicos, com redução contínua da taxa de juros e controle da inflação. As reservas internacionais alcançaram patamar histórico, consolidando a estabilidade econômica (MPOG, 2007:7).

Considera, pois, que as políticas implementadas no quadriênio anterior lançaram as bases para um desenvolvimento sustentável, que permitirá ao país ingressar no *círculo virtuoso*, através do qual se alcançará em um futuro próximo a perfeita simetria entre crescimento econômico, redução das desigualdades e respeito ao meio ambiente. Por esse motivo, o novo período de governo segue apostando no desenvolvimento econômico para o sucesso das políticas públicas propostas, sentenciando que “a sinergia resultante de tais políticas é, simultaneamente, pressuposto e resultado de uma estratégia de desenvolvimento que opera com base na incorporação progressiva das famílias no mercado consumidor das empresas modernas” (*Ibid.*:11). A partir de tal pressuposto, o PPA 2008-2011 organiza as ações do governo em três eixos: crescimento econômico, educação de qualidade e agenda social. Os dois primeiros eixos serão operacionalizados a partir de dois grandes programas, respectivamente: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Relativo ao PAC, trata-se de um conjunto de investimentos públicos em infraestrutura, principalmente concentrados nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além do que denomina *medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico*, dentre as quais se incluem estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. Essas medidas compõem metas fundamentais para a expansão da capacidade produtiva nacional e elevação da produtividade sistêmica da economia e, por esse motivo, prevê o aumento significativo do investimento privado, haja vista que o setor público disponibilizará grande montante de recursos para ampliação do mercado interno.

O PDE é uma iniciativa do governo federal que tem importante lugar no PPA 2008-2011. Parte da constatação de que “a educação de qualidade representa um objetivo estratégico sem o qual o projeto de desenvolvimento

nacional em curso não se viabiliza” (*Ibid.*:16) e, nessa esteira, apresenta um plano que ao reunir um conjunto de iniciativas articuladas ao sistema educativo nacional com a conjugação de esforços dos demais entes federados, tem como prioridade a melhoria da qualidade da educação básica. No entanto, reconhece-se que o investimento na educação básica passa por investimentos também na educação profissional e na educação superior; portanto, todos os níveis de educação aparecem nos programas organizados em quatro eixos: educação básica, através do *Programa Compromisso Todos pela Educação*, que inclui melhoria da gestão escolar, qualidade de ensino e fluxo; alfabetização e educação continuada, através do *Programa Brasil Alfabetizado*, cuja meta é reduzir o analfabetismo; ensino profissional e tecnológico no qual está prevista a ampliação, e, ensino superior com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior por meio de dois programas principais: o *Programa Universidade para Todos* (PROUNI) e o *Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI).

No tocante a agenda social, o plano expõe um conjunto de iniciativas prioritárias, cuja ênfase segue sendo as transferências condicionadas de renda associadas às ações complementares, o fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos, a cultura e a segurança pública. O foco de intervenção dessas políticas também segue sendo *a parcela da sociedade mais vulnerável*.

Será consolidada uma rede de proteção e promoção social, conjugando ações e programas voltados à garantia dos direitos de cidadania das *famílias pobres*. A meta é beneficiar o conjunto dos Municípios, dentre eles os mais vulneráveis com a expansão da rede de integração das ações de assistência social, segurança alimentar e nutricional, e transferência de renda, que geram impactos sobre a pobreza, a extrema pobreza e a desigualdade, provocam a dinamização de economias locais e estabelecem a garantia de direitos de cidadania (*Ibid.*:14, grifo nosso).

Assim que, a agenda social destaca um conjunto de iniciativas que de forma articulada devem atuar nos territórios de alta vulnerabilidade. As políticas sociais públicas ou em parceria com a esfera privada ou a sociedade civil organizada, no que se refere às políticas setoriais, seguem como prioridade da agenda social do governo Lula. Dessa maneira, prioriza-se o desenvolvimento de projetos voltados para a juventude, o combate à violência às crianças e aos adolescentes, às mulheres, às comunidades quilombolas, aos indígenas, principalmente aqueles que relacionam temas referentes à cultura e a segurança pública.

A agenda de implementação do direito socioassistencial através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aparece como desafio no âmbito

da política de assistência social. Outro desafio mencionado nesse escopo é a articulação dessa política com as demais políticas sociais. Em especial, segundo o documento, com os principais programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e com os serviços e ações desenvolvidas no âmbito da segurança alimentar e nutricional, tendo em vista a urgência na consolidação de “uma rede articulada de promoção e proteção social, *voltada às famílias mais vulneráveis*” (*Ibid.*:115, grifo nosso).

É importante sinalizar que o campo socioassistencial nesse PPA 2008-2011 avança no comparativo com o plano anterior. Ainda que de maneira tímida, à medida que não aparece como compromisso efetivo a compor a necessária agenda de transformação da sociedade brasileira e à medida que o enfoque segue sendo uma abstrata *vulnerabilidade* e um indefinido *risco social*, que operam um ocultamento do vínculo de classe dessa política pública. Ademais, não se verifica em nenhum momento no atual planejamento de desenvolvimento econômico e social do governo Lula, expresso nesse documento, o que seria essencial para o povo brasileiro: a garantia do direito social estruturado a partir das necessidades das massas, e construído a partir da sedimentação de uma democracia radicalmente popular.

Ao contrário, apesar da participação aparecer no PPA 2008-2011 exclusivamente na parte da metodologia da elaboração do plano, onde se garante que o PPA é fruto de intensa participação da sociedade e que o governo federal trabalha para a consolidação dos espaços de gestão participativa das políticas públicas, algumas análises indicam que mais uma vez verificou-se a frustração da sociedade civil organizada, que há muito luta para ter maior participação no processo de concepção do Plano Plurianual. Segundo análise do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC):

As oportunidades de participação da sociedade no processo foram muito aquém do esperado, indicando que, no segundo mandato do presidente Lula, permanece a necessidade de implementar e assegurar o funcionamento de mecanismos que garantam uma participação social efetiva no momento em que o Estado elabora suas metas e planos para os gastos públicos (2007).

Ao que tudo indica mesmo um propósito pouco pretensioso, já que refere-se tão somente à participação, tal como está colocada na Constituição Federal de 1988, ou seja, *a participação dos representantes das entidades representativas da sociedade civil*, não logrou êxito. Os documentos do INESC apontam que nos seminários regionais realizados pela esfera pública para apresentar o PPA à população muitos parlamentares aproveitavam a oportu-

tunidade para longínquos discursos inflamados que ocupavam todo o tempo disponível, restringindo a participação dos representantes das entidades que se faziam presentes.

No que se refere ao significado do PPA 2008-2011 em seu conjunto, pode-se dizer que comparado ao plano anterior mudaram-se apenas algumas estratégias e ações para concretizá-las, posto que o cerne, a essência da concepção de desenvolvimento econômico requerido, o modelo de sociedade almejado é o mesmo nos dois planos.

Sob outros fundamentos parece caminhar o PPS venezuelano. Conforme anteriormente assinalado, o plano evoca uma nova ordem econômica e social, construída a partir do abandono do *velho modelo desenvolvimentista* e da promoção das capacidades do tecido associativo para impulsionar, desde o Estado bolivariano, um projeto de país cujas raízes residem na soberania popular. O cariz do projeto, expresso na diretriz *democracia protagônica revolucionária* é imperativo: trata-se do fomento à organização dos sujeitos, que tem o potencial de transformar a debilidade individual em força coletiva, sem, no entanto, abdicar da independência, da autonomia e da liberdade. Pressupõe que a soberania reside no povo, mandatário originário e, por esse motivo, impõe a necessidade de superar o poder delegado, típico da democracia representativa ou indireta. No projeto bolivariano a democracia não pode ser representada, pois a vontade coletiva do povo soberano não admite representação e “la democracia protagônica revolucionaria es la expresión genuina y auténtica de la verdadera democracia” (República Bolivariana de Venezuela, 2007:14).

É assim que a participação revela rumos substancialmente diferentes nos dois projetos de nação, ou seja, a análise dos planos nacionais de desenvolvimento dos dois países expressa tendências distintas na esfera da radicalização democrática. Ao passo que na Venezuela a práxis política das massas impulsiona o projeto bolivariano, opera pela restituição de um sentido que, tendo sido perdido nas ruínas da história, vem sendo resgatado na contemporaneidade; no Brasil, todavia, a composição ou amálgama com o passado, marca peculiar da nossa formação sócio-política, impregna as instituições, as formas e os projetos de um ranço tendencialmente imobilizador das lutas sociais.

Conclusão

As análises que realizamos nesse estudo nos permitiram concluir que no Brasil o modelo de desenvolvimento econômico e social preconizado não prioriza a

construção de uma sociedade de novo tipo nessa *Pátria Amada pouco gentil*. Por outro lado, o modelo venezuelano sinaliza outras possibilidades: no escopo do projeto de sociedade em curso, do chamado Socialismo do Século XXI, há alternativas de satisfação coletiva e desmercadorizada das necessidades humanas a partir da massificação das políticas sociais no país, cuja centralidade é o impulso ao protagonismo popular e a radicalização democrática, com forte processo de socialização da política, elemento fundante de uma democracia de novo tipo.

Porém, para que tal análise seja compreendida em todas as dimensões que encerra é imperativo aclarar que “lo que suele denominarse *modelos* son en realidad simplificaciones académicas de realidades muy complejas” (Borón, 2008:53), isto é, não se trata aqui de advogar em favor de um modelo de desenvolvimento econômico e social. Em verdade, é preciso sinalizar que, ao empreendermos o exame de documentos e escritos oficiais de governo, estamos cientes que os mesmos são portadores mais ou menos ocultos de contradições e ambigüidades reais, peculiares a cada síntese sócio-histórica. Assim, uma primeira premissa analítica fundamental remete ao reconhecimento de que o ordenamento sócio-institucional que almeja materializar determinado modelo de desenvolvimento, em dada espiral tempo/espço, constitui a síntese de múltiplas determinações.

Nesse escopo, é possível concluir que no Brasil, os dois PPA's do governo Lula expressam, no campo econômico e social, ambigüidades tão velhas que, somadas ao legado conservador no âmbito político-democrático no país, comprometem as possibilidades de efetivação de um estatuto político aos direitos sociais nestas latitudes. Ao contrário, o desenho atual contribui na manutenção do aprisionamento da política social como mero mecanismo adjutório ao processo de acumulação de capital, ao passo que opera o obscurecimento dos antagonismos de classe e, em decorrência, a força política contestatória e a luta das massas; assim, opera-se, mais uma vez, a perda do vínculo de classe da política social, contribuindo para perpetuar uma lógica contrária ao universo ético-político libertário e igualitário. Sem responder as ambigüidades, é possível visualizar no desenho do campo político e social do país *um futuro que ao repetir o passado, tende a expressar um museu de grandes novidades*.⁶

É desse modo que a ausência de elementos que possibilitariam a materialidade de um estatuto político-emancipatório para o campo político e

⁶ Em alusão à música de Cazuza, *O tempo não para* (1995).

social no Brasil compõe o desenho de um todo que carrega consigo marcas que refletem o caráter reflexo da modernização capitalista brasileira, o caminho da dependência na acumulação de capital em escala mundial, as *revoluções pelo alto* que sempre trataram de deixar tudo como está, os movimentos de massas reprimidos pelo autoritarismo permanentemente presente na *resolução* das tensões e conflitos constitutivos da luta de classes.

Nessa perspectiva, podemos inferir que o desenho da agenda social e democrática nos dois últimos projetos de governo no Brasil, ao repor velhas contradições e ambigüidades, expressa o grande peso do passado nesses projetos. O passado como constante é marca peculiar da formação social brasileira, sempre presente de modo tão impregnado na estrutura sócio-econômica, que seus traços costumam dissipar as ilusões, ou seja, “na maior parte dos exemplos e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado” (Prado Junior, 1999:11).

Então, apesar das expectativas com um governo do Partido dos Trabalhadores a partir da eleição de Lula da Silva, as insuficiências no campo democrático e popular expressas no desenho dos documentos atinentes ao planejamento econômico e social no Brasil, não podem ser unilateralmente creditadas a uma ação anuladora por parte do governo Lula; afinal, a reabilitação permanente do legado pretérito impõe limites à construção de novas arestas político sociais na sociedade brasileira.

Nessa medida, é possível inferir que também o projeto do socialismo bolivariano levado a cabo nas terras de Bolívar, fortalecido com a eleição do presidente Hugo Chávez, não pode ser reduzido e creditado a supostas ações radicais empreendidas pelo seu governo, após a chegada ao poder em 1999. É importante referenciar que o ciclo ditatorial na Venezuela acabou ainda no final da década de 1950, sendo que a sólida democracia liberal burguesa que se estabeleceu no país, por meio do *Pacto de Punto Fijo*, vingou no período subsequente até seu esgotamento, ao findar de um período de quarenta anos. Assim, a ascensão de Chávez à presidência da República já constituiu em si a expressão da ascensão de um projeto de sociedade, fruto de diversas lutas político-revolucionárias que tiveram início na década de 1980, e se agudizaram no decorrer dos anos seguintes até a sua emergência como movimento de massas, a exigirem uma nova institucionalidade democrática no final da década de 1990.

O sistema democrático existente na Venezuela até aquele momento configurava, pois, um pacto de submissão e de usurpação da soberania popular

através do qual as massas eram privadas do exercício pleno de sua vontade coletiva e abandonadas às privações impostas pelo paradigma econômico e político-social vigente até então. Desse modo, processou-se a decomposição da velha farsa democrática *Puntofijista*, de modo que a fragilidade de um modelo impopular revelava a necessidade de reestruturação da sociedade sob novas bases. Tal foi a inspiração do projeto bolivariano, expressa no desenho dos documentos oficiais analisados: a construção de um Estado Social de Direito e de Justiça e a radicalização da democracia protagônica revolucionária.

Nessa esteira, é possível concluir que o esgotamento do sistema sócio-político venezuelano produziu como conseqüência a exigência de uma nova forma de organização do poder político e satisfação das necessidades sociais em escala de massas. Assim que as *misiones* aparecem como elemento basilar desse processo, pois, através delas intenta-se construir políticas sociais públicas que se propõem a revigorar as dinâmicas organizativas da população, isto é, conformar sujeitos coletivos na perspectiva da constituição de um novo projeto societário: o projeto revolucionário bolivariano.

Importa assinalar que apesar desses pressupostos densificarem os documentos que compõe o novo projeto de sociedade venezuelana, certamente o processo bolivariano não prescinde de incoerências, disputas e fragilidades. Conforme sinalizado, as estruturas e as relações sociais são contraditórias e se movimentam em constante processo de afirmação, negação, incorporação, superação no terreno histórico da realidade concreta.

Pois bem, ressalta-se tal dimensão, ao passo que algumas análises (Lander, 2008; Maya, 2008) indicam sumariamente que, apesar da eloqüência presente nos documentos, muitas das proposições revolucionárias pretendidas estão ainda em descompasso com a realidade em vários aspectos. Algumas debilidades do modelo são apontadas, principalmente relativas aos vícios públicos e privados ainda presentes a afetarem a organização popular no espaço dos Conselhos Comuns. Em muitos casos, na análise dos autores a participação nos conselhos ainda é muito condicionada à disponibilidade de dinheiro para financiar os projetos da comunidade e que o montante de recursos disponibilizados não está sob o devido controle social.

Ademais, a centralidade do projeto na figura do presidente Hugo Chávez é preocupante do ponto de vista político. Zavaleta Mercado, ao analisar as *tendências bonapartistas* no interior dos Estados periféricos e dependentes no continente latino-americano, infere que apesar de latentes, muitas vezes tais tendências “son probablemente más poderosas que lo que haya en él [Estado] como germen o tendencia hacia un Estado obrero” (1974:161), remetendo à

dificuldade de se criar um arco de *poder operário* no interior de aparatos estatais hipertrofiados, de sociedades em que imperam tanto a força da ideologia burguesa interna e externa, quanto seus aparatos tecnocráticos e militares.

Feitas essas considerações acreditamos ser preciso fazer uma inferência sobre o *problema da democracia* na América Latina, haja vista evitar distorções acerca da perspectiva que defendemos, relativa às possibilidades de um estatuto político-emancipatório para as políticas sociais no continente. A partir de Cueva (1987), parece-nos importante ressaltar o grau de importância das lutas democráticas em uma região como *Latinoamérica*, quase que permanentemente solapada por ditaduras oprobiosas.

Uma coisa, no entanto, é reconhecer a configuração histórico-estrutural do continente e lutar pela radicalização democrática que conduza as massas aos acessos historicamente renegados: ao poder, à renda, ao trabalho humanizado, à cultura, ao conhecimento, etc.; por outro lado, outra coisa muito distinta é ter ilusões com relação ao conteúdo da democracia burguesa e inclusive convertê-la em meta final, ou transitória ou caminho fundamental a superação do atual estado de coisas. Caso não tenha ficado suficientemente claro, vale repetir que não é, pois, tal democracia que defendemos quando referimo-nos a participação popular nesse estudo. Referimo-nos a radical democratização das relações de poder político e o acesso à riqueza social como estratégia que deve ser potencializada pela luta social dedicada a erradicar os processos aos quais estão submetidas as massas superexploradas do continente. A superexploração da força de trabalho expressa na exploração extremada e na conseguinte pauperização crescente das majorias latino-americanas, conforma uma realidade social na qual *a decência é substituída por uma degradante bestialidade*, esta última, operando constantemente pela perpetuação e aprofundamento dessa condição.

Assim, ao passo que um projeto de radicalização democrática genuinamente latino-americano e libertário, em todos os níveis, “deve resolver três aspectos fundamentais da vida social: soberania nacional, justiça social e o exercício democrático do poder” (Ouriques, 2005:132). Podemos inferir que, tal como parece indicar o processo bolivariano, a política social pode constituir-se em uma ferramenta estratégica para deflagrar a efetiva participação da população na contramarcha dos processos de subalternização política, expropriação econômica e exclusão sociocultural.

Ademais, cabe referenciar que o novo cenário latino-americano oferece fortes indícios de nossa hipótese, pois o horizonte político social latino-americano dos últimos anos é a expressão na conjuntura sócio-política do continente de que o projeto bolivariano não é dissonante e solitário. É nessa

direção que caminha também o processo de transformações sócio-políticas em curso no Equador e na Bolívia.

Mesmo sabendo que não há inevitabilidade na história, nem muito menos manifestações tidas como naturais, e tampouco receita a ser seguida, esse rebentar do protagonismo popular no continente latino-americano é precioso. Ainda que decisivamente submetida a uma peculiar dialética em cada conjuntura sócio-político nacional e internacional, que pode cultivar seus traços mais efêmeros e frágeis, a emersão do protagonismo popular tem, por outro lado, muitas chances de ser vigorosa o bastante para contribuir na recriação da democracia na América Latina, haja vista libertá-la de sua condição de periferia.

Nesse sentido, a democratização radical das sociedades latinoamericanas pode constituir uma profícua possibilidade na luta contra a dependência, a dominação externa e a humanidade como ponto de chegada. Nessa perspectiva, Marini nos remete à necessidade de “un desarrollo económico orientado a satisfacer las necesidades materiales y espirituales de nuestros pueblos, y a la democracia, en tanto que régimen capaz de asegurarles la realización plena de su humanidad” (1994), invocando, acerca da humanidade, que “sólo el esfuerzo solidario, la búsqueda permanente de valores realmente sociales, susceptibles de ser compartidos por todos, y la lucha sin tregua contra la desigualdad y la injusticia nos permitirá finalmente alcanzarla” (*Ibid.*).

O caminho da felicidade certamente passa por essa luta, pela práxis transformadora que trava a batalha cotidiana contra a exploração, que transfigura distintas formas de opressão em distintas formas de resistência, e cujo horizonte remete à coletivização das utopias latentes para que o novo tempo, o tempo da liberdade, possa se realizar algum dia. Porque as massas latino-americanas, essas estirpes condenadas a mais de quinhentos anos de solidão, hão de ter, por fim e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a terra.⁷

Referências

ABREU, Haroldo (2008), *Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

⁷ Em alusão ao discurso de Gabriel García Márquez por ocasião de aceite do Prêmio Nobel de Literatura em 1982 (García Márquez, 1982).

- BORÓN, Atilio A. (2008), *Socialismo siglo XXI: ¿hay vida después del neoliberalismo?*, Buenos Aires, Luxemburg.
- CAZUZA BRANDÃO, Arnaldo (Araujo Neto, Agenor de Miranda) (1995), “O tempo não para”, in CAZUZA, *Esse cara*, Rio de Janeiro, Universal Music, primeira faixa.
- CUEVA, Agustín (1987), *La teoría marxista: categorías de base y problemas actuales*, México, Letraviva.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel (1982), *La soledad de América Latina*, discurso de aceptación del Premio Nobel de Literatura, <<http://www.ciudadseva.com/textos/otros/ggmnobel.htm>>, acesso em 23 dezembro 2008.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (INESC) (2007), *Nota técnica n. 128. PPA 2008-2011 e Projeto de Lei Orçamentária Anual 2008: a mobilização da sociedade civil*, Brasília, Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, setembro, <<http://www.inesc.org.br>>, acesso em 25 abril 2009.
- LANDER, Edgardo (2008), “El referéndum sobre la reforma constitucional: el proceso político en Venezuela entra en una encrucijada crítica”, en *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, Universidad Central de Venezuela, vol. 14, núm. 2, mayo-agosto.
- LÓPEZ MAYA, Margarita (2008), *Innovaciones participativas y poder popular en Venezuela*, <<http://www.inesc.org.br>>, acesso em 27 dezembro 2008.
- MARINI, Ruy Mauro (1980), *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 10ª. edición.
- MARINI, Ruy Mauro (1991), *Dialéctica de la Dependencia*, México, Era, 11ª. reimpressão, <http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm>, acesso em 11 março 2006.
- MARINI, Ruy Mauro (1994), *La sociología latinoamericana: origen y perspectivas*, México, <http://www.marini-escritos.unam.mx/034_sociologia_latinoamericana_es.htm>, acesso em 23 julho 2007.
- MARSHALL, Thomas Humphrey (1967), *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro, Zahar.
- MARX, Karl (1983), *O Capital: crítica da economia política. O processo de produção de capital*, São Paulo, Abril Cultural, vol. 1, tomos 1 e 2.
- MARX, Karl e Friedrich ENGELS (2007), *A Ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG) (2003), *Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial*, Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, <<http://www.planejamento.gov.br>>, acesso em 15 abril 2009.

- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG) (2007), *Plano plurianual 2008-2011*, Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, <<http://www.planejamento.gov.br>>, acesso em 15 abril 2009.
- OURIQUES, Nildo (2005), “A revolução democrática bolivariana: uma utopia latino-americana”, in Nildo OURIQUES (org.), *Raízes no Libertador: Bolivarianismo e poder popular na Venezuela*, Florianópolis, Insular, 2a. edição.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida (2007), *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*, São Paulo, Cortez, 4a. edição.
- PRADO JUNIOR, Caio (1999), *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 23ª. edição.
- REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (2000), *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999)*, Caracas, Imprenta Nacional, conforme a la Gaceta Oficial núm. 5453, 24 de marzo de 2000.
- REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (2001), *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007 (PDES)*, Caracas, <<http://www.mp.gob.ve>>, acesso em 3 janeiro 2009.
- REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (2007), *Proyecto Nacional Simón Bolívar. Primer Plan Socialista (PPS): Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*, Caracas, <<http://www.mp.gob.ve>>, acesso em 21 março 2009.
- RIBEIRO, Darcy (1991), “O Povo Latino-americano”, in *Carta: falas, reflexões, memórias. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro*, Brasília, Senado Federal, núm. 2.
- RIBEIRO, Darcy (2006), *O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.
- ROCHA, Mirella (2009), *Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: estudo comparativo entre Brasil e Venezuela*, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, dissertação de mestrado em Serviço Social.
- SENADO FEDERAL (2004), *Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais núm. 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão núm. 1 a 6/94*, Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- ZAVALETA MERCADO, René (1974), *El poder dual en América Latina: estudio de los casos de Bolivia y Chile*, México, Siglo XXI.

